

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

10/10/2018

Disponível no site http://www.sintius.org.br

FMI pede manutenção de reformas após crise de 2008 Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 10/10/2018

Danielle Brant

NOVA YORK Uma década após a pior crise financeira global desde a Grande Depressão de 1929, o FMI (Fundo Monetário Internacional) diz que os países devem resistir aos clamores para reverter as reformas regulatórias.

Elas foram adotadas para impedir que os mercados enfrentem uma nova recessão.

O apelo ocorre com base no diagnóstico de que a estrutura dos mercados está mais robusta do que a de dez anos atrás. Porém, talvez ela ainda não seja forte o suficiente para enfrentar contratempos futuros.

No relatório "Uma Década

após a Crise Financeira Global: Estamos mais Seguros?", o Fundo reconhece que uma nova estrutura de mercado surgiu uma década após a crise.

No entanto, o FMI afirma que o novo ambiente institucional ainda precisa ser testado sob condições mais adversas.

Sem um teste que confirme a solidez da estrutura criada, os governos deveriam manter, e não desmontar, o arcabouço regulatório pós-crise, defende o FMI.

Nos EUA, algumas regras foram revertidas para dar mais flexibilidade a instituições financeiras de menor porte.

"Conforme nuvens se juntam no horizonte, é crucial para países no mundo completarem e implementarem a agenda de reforma regulatória global e resistirem ao chamado de reverter reformas", diz Tobias Adrian, conselheiro financeiro do FMI, no prefácio do relatório.

Entre as nuvens identificadas, estão uma recuperação econômica mundial heterogênea e que contribuiu para o aumento da desigualdade global.

Como resultado dessa desigualdade na retomada, tensões comerciais afloraram e uma escalada adicional pode afetar o sentimento do mercado e prejudicar significativamente o crescimento global, diz o FMI.

O organismo advertiu pa-

ra a diminuição do apoio ao multilateralismo, "um caminho perigoso que pode minar a confiança na habilidade dos políticos de responder a futuras crises".

Até agora, o apetite global por risco mascarou os desafios que os emergentes poderiam enfrentar se as condições financeiras no mundo piorarem agudamente, diz o Fundo.

A análise de fluxo de capital do FMI sugere que, com uma probabilidade de 5%, as economias emergentes (com exceção da China) poderiam enfrentar saídas de capital de US\$ 100 bilhões (R\$ 373,85 bilhões) no médio prazo, ou mais ainda num período de quatro trimestres (0,6% do

PIB somado deles), semelhante em magnitude à crise financeira global.

Ememergentes como o Brasil, a qualidade de crédito permanece uma preocupação à estabilidade financeira.

No setor corporativo desses mercados, a fatia de dívida de empresas cujo gasto com jurossupera os ganhos está maior do que em outras regiões.

Diante desse contexto maior, os reguladores deveriam permanecer atentos a novos riscos, incluindo possiveis ameaças à estabilidade financeira provocadas pela cibersegurança, tecnologia financeira e outras atividades fora do perímetro de regulação prudencial.

FMI reduz projeção de crescimento do Brasil para 1,4% este ano

A economia brasileira deve crescer menos em 2018 e no próximo ano, de acordo com atualização de estimativas do relatório de Perspectiva Econômica Mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado hoje (9). A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, ficou em 1,4% este ano, com redução de 0,4 ponto percentual em relação a julho. Para 2019, a projeção de crescimento do PIB foi reduzida em 0,1 ponto percentual para 2,4%. Segundo o FMI, a economia brasileira crescerá nesses dois anos devido à recuperação da demanda privada. No relatório, o fundo cita o efeito da greve dos caminhoneiros, com redução da projeção para o PIB deste ano em relação ao estimado em abril.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 10/10/2018

Governo considera difícil votar reforma

Até mesmo entre os auxiliares mais otimistas em relação à aprovação da reforma da Previdência enviada pelo governo Michel Temer, a avaliação é que será muito difícil chegar a um acordo neste ano para a votação da proposta do governo, que já foi aprovada na comissão da Câmara. Essa possibilidade tem animado, porém, o mercado financeiro que vê chances de Jair Bolsonaro (PSL), caso ganhe as eleições, apoiar a proposta. Sinais nessa direção foram repassados por interlocutores econômicos de Bolsonaro, segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo e o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado). Outra resistência está no presidente do Senado, Eunício Oliveira, que já defendeu que a reforma da Previdência só seja apreciada depois que o novo presidente for eleito e no ano que vem: "Não posso aceitar que o mercado dirija os rumos da nação. Não conheço esse mercado, não recebi votos dele", disse Eunício.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/10/2018

Previdência: 'ninguém quer fazer nada em 2018', diz deputado

O coordenador político da campanha de Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), afirmou ontem que o entorno do candidato não deve se movimentar, caso ele seja eleito, para a aprovação da reforma da Previdência ainda neste ano. O presidente Michel Temer disse em setembro que entrará em contato com seu sucessor para tentar aprovar a reforma ainda durante seu governo. Se o sucessor for Bolsonaro, porém, o deputado afirma que o assunto só será discutido depois da posse, e não na transição. "Se ele ganhar a eleição no dia 28, que nós acreditamos que vai, nós vamos tratar desse assunto dia 1º de janeiro de 2019, nem um dia antes", disse, na Câmara.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 10/10/2018

Novo governo pode endurecer reforma

Um dos maiores especialistas em Previdência do País, o economista Fábio Giambiagi disse nesta terçafeira, 9, que, se houver vontade política, o próximo presidente da República terá legitimidade conferida pelas urnas para endurecer a proposta de reforma das aposentarias que está suspensa no Congresso. Pela última versão, arquivada com a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro em fevereiro, as idades mínimas começariam, de imediato, em 53/55 anos (mulheres/homens) e, num prazo de 20 anos, evoluiriam gradualmente para 62/65 anos.

A proposição de Giambiagi é mudar as faixas etárias iniciais: 57 anos de idade mínima para mulheres e 60 anos para homens. "Cabe elevar o sarrafo e o novo presidente estará em condições ideais para isso com a legitimidade das urnas". "Com a legitimidade que o próximo presidente terá após a elevada participação cívica, se ele estiver disposto a bancar uma reforma dura, terá espaço para fazer isso. Saberemos em janeiro".

Fonte: Jornal A Tribuna - 10/10/2018

Mercado financeiro eleva estimativa de inflação para 4,40%

A estimativa de instituições financeiras para a inflação este ano subiu pela quarta vez seguida. De acordo com pesquisa do Banco Central, divulgada ontem o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deve ficar em 4,40%. Na semana passada, a projeção estava em 4,30%. Para 2019, a projeção da inflação permaneceu em 4,20%. Para 2020, a estimativa segue em 4% e, para 2021, chegou em 3,95%. A projeção do mercado financeiro ficou mais próxima do centro da meta deste ano, que é 4,5%. Essa meta tem limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a meta é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

SELIC.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como instrumento a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 6,5% ao ano. De acordo com o mercado financeiro, a Selic deve permanecer em 6,5% ao ano até o fim de 2018. Para 2019, a expectativa é de aumento da taxa básica, terminando o período em 8% ao ano. Quando o Copom (Comitê de Política Monetária) aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral - 09/10/2018